

Nota Introdutória	9
-------------------------	---

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I

Qualificação jurídico-processual do IRDR.....	17
1. Aclaramento inicial: distinção entre jurisprudência e precedente	17
2. O precedente obrigatório, frente aos princípios da legalidade e da separação entre os Poderes.....	27
3. O IRDR no contexto da tutela plurindividual.....	39

Capítulo II

As exigências de coerência interna do sistema e de unitariedade do Direito.	53
1. Distinção entre normas científicas e normas jurídicas.....	53
2. A inevitabilidade da interpretação das normas jurídicas e a virtualidade do dissídio exegético	60
3. O conteúdo substancial do princípio constitucional da igualdade.....	71

Capítulo III

Tendência contemporânea à padronização decisória e à força obrigatória de produtos judiciais otimizados. Contraponto entre eficácia e eficiência da prestação jurisdicional.	83
---	----

Capítulo IV

Meios e expedientes preordenados à prevenção ou superação da divergência jurisprudencial e ao tratamento igualitário de demandas seriais e recursos isomórficos.	97
---	----

Capítulo V

A tensão entre a estabilidade da interpretação da norma legal e a tendencial evolução dos valores e ocorrências sociais.....	107
---	------------

Capítulo VI

A prevenção/superação da divergência jurisprudencial	119
1. Dissídio ao interno dos Tribunais.....	119
(i) Incidente de uniformização de jurisprudência (CPC/1973).....	119
(ii) Embargos infringentes (CPC/1973) e seu sucedâneo no CPC/2015	123
(iii) Embargos de divergência no STF e no STJ e embargos no TST.....	127
(iv) Incidente de assunção de competência.....	132
(v) incidente de arguição de inconstitucionalidade	137
(vi) Questões de Ordem no Pleno ou Órgão Especial	147
2. Dissídio entre tribunais:.....	152
(i) Decisões-quadro do STF e STJ nos RE's reconhecidos com repercussão geral e nos REsp's afetados como representativos da controvérsia	152
(ii) Recurso de revista no TST	160
(iii) Recurso especial pela alínea c do art. 105, III, da CF	165

Capítulo VII

Divergência local/regional: o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no CPC	175
1. A inserção do IRDR na seara do dissídio jurisprudencial.....	175
2. Pressupostos e precisões conceituais	180
3. Categorização processual.....	189
A) Ação coletiva, concomitante ao trâmite de demandas individuais.....	191
B) Incidente de coletivização.....	195
C) Instrumento de padronização exegética de questão de direito replicada em demandas seriais: espécie do gênero tutela plurindividual	199
4. O contributo das experiências inglesa, alemã, portuguesa e da Corte Europeia de Direitos Humanos.....	208
5. As eficácias panprocessual e extraprocessual da tese jurídica firmada no IRDR....	219

6. A afirmada influência do Musterverfahren alemão no ideário e configuração processual do IRDR.....	227
7. A expandida irradiação dos efeitos do acórdão em IRDR, projetando eficácia análoga à da norma legal.....	237

SEGUNDA PARTE

Comentários aos arts. 976 a 987 do CPC/2015.....	251
Considerações Conclusivas.....	377
Bibliografia	383